

POZZEBON, Paulo M. G. (Org.). **Mínima Metodológica**. Campinas: Alínea, 2004. 150 p.

Verdadeiro presente aos que de alguma forma trabalham ou se interessam por metodologia, a obra organizada por Paulo Pozzebon, mestre em Filosofia, especialista no pensamento do filósofo cristão Jacques Maritain (sobre quem publicou livro de leitura obrigatória), professor experiente da Faculdade de Filosofia da PUC-Campinas, onde atua precisamente nas áreas de metodologia e teoria do conhecimento, dentre outras, revela a autoridade que o organizador possui na área, ao articular textos de diferentes autores e dele próprio no riquíssimo livro de metodologia que publicou após participar durante mais de um ano do grupo de estudos em metodologia e epistemologia das ciências humanas, criado oportunamente pelo Centro de Ciências Humanas e pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão, do mesmo centro, da PUC-Campinas. Há tempos carecíamos de semelhante obra, vejamos o porquê.

O primeiro capítulo, do professor Paulo André A. Setti, aborda com clareza as noções de conhecimento científico e senso comum, demonstrando de que forma o método contribui para aquele enquanto busca da verdade.

Os dois capítulos seguintes, de autoria do próprio professor Paulo Pozzebon, tratam magistralmente 1. Da problemática que envolve a idéia de Ciências Humanas, passando pela classificação das ciências, a relação entre ciência e tecnologia e pelo estatuto epistemológico das ciências humanas, valendo-se das questões de método e pesquisa. Após elaborar uma breve porém precisa história das ciências, termina o autor por concluir:

Não se deve [...] concluir a impossibilidade do conhecimento científico do ser humano. Um objeto tão especial pede métodos espe-

ciais para conhecê-lo, técnicas de observação apropriadas, conceitos específicos, esquemas explicativos adequados e, mesmo, uma noção de ciência construída com pressupostos diferentes [daqueles das ciências exatas]. (p. 26);

2. De sugestões para estudar melhor, definindo o próprio ato de estudar, a importância das aulas e a necessidade de nos libertarmos dos preconceitos, além de oferecer preciosas dicas para organizar e formar hábitos salutares de estudos.

A argumentação é o objeto de análise do professor Germano Rigacci Jr. no capítulo quatro, no qual entramos em contato com relevantes e necessários esclarecimentos em torno da lógica formal para, na construção do conhecimento científico, valermos-nos de argumentos válidos do ponto de vista lógico.

O professor João Miguel T. de Godoy apresenta, no capítulo cinco, as técnicas para elaborar diferentes modalidades de trabalhos acadêmicos, desde o resumo, passando pela monografia, até chegar ao artigo científico.

Novamente é o organizador, professor Paulo Pozzebon, quem nos agracia, no capítulo seis, com uma síntese admiravelmente didática das principais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes à editoração, citações e referências bibliográficas dos trabalhos acadêmicos. Se as normas da ABNT em si mesmas oferecem dificuldades, o presente capítulo é um valioso e útil guia, pelo que congratulamos ao professor Paulo Pozzebon.

Sempre atentos à dificuldades presentes no sistema educacional universitário e na vida do

estudante, o organizador e os autores da obra contribuem imensamente para sanar uma série de problemas na elaboração, sistematização e apresentação do conhecimento científico. Com estilo primoroso, forma agradável e ao mesmo tempo rigorosa, a leitura da obra é obrigatória a todos os

acadêmicos e professores que fazem da ciência, do método (logia) e dos trabalhos acadêmico-científicos um objeto de atenção.

**Fabiano Stein Coval**

Faculdade de Filosofia– PUC-Campinas

SCALA, André. **Espinosa**. Trad. de Tessa Moura Lacerda. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. 131 p. Coleção Figuras do Saber.

André Scala (1950) é professor de filosofia na Universidade de Valenciennes e de Lille III. Publicou uma célebre tradução com introdução crítica, notas e comentários do Tratado da Reforma do Entendimento (1991) e em 1998, pela Belles Lettres, o presente *Spinoza* (no original francês).

No Brasil, a obra integra a coleção Figuras do Saber, que traz boas introduções a diversos filósofos e é especialmente marcada pela análise das principais obras dos pensadores. No caso de **Espinosa**, e. g., temos acesso a um roteiro cronológico da vida do filósofo, uma introdução que apresenta os pré-requisitos necessários ao estudante que deseje ler obras de Espinosa e quatro capítulos em que são abordados, respectivamente, o **Tratado da emenda do intelecto**, os **Princípios da filosofia cartesiana**, o **Tratado teológico-político** e, por fim, a **Ética**.

O primeiro capítulo, ao lado do quarto, é dos melhores. Analisa sucintamente as reflexões de Espinosa sobre o conhecimento. Apresenta as motivações do filósofo ao redigir a referida obra, que só foi publicada (inacabada) após a morte do pensador. Atrai a forma como o autor concilia a exposição do **Tratado** e as opiniões de Espinosa sobre a própria Filosofia, não escondendo um certo pessimismo que perpassa a visão do pensador sobre a vida humana e suas dimensões. Expõe com clareza a questão do(s) bem(ns) em Espinosa, o problema da felicidade, o tema da virtude e da vontade, além das paixões de um modo geral. Diz:

[...] compreendemos uma única coisa: a coisa buscada, esse bem verdadeiro, esse bem supremo é um conhecimento, uma ação da mente; esse conhecimento é o conhecimento

da união da mente com a Natureza inteira. Esse conhecimento é, ao mesmo tempo, a passagem a uma perfeição maior, não é um conhecimento abstrato, produz efeitos. (p. 40).

Ao abordar os **Princípios da filosofia cartesiana**, no segundo capítulo, o autor deixa a desejar na medida que, a despeito de realizar uma boa exposição da obra, não esclarece as vinculações filosóficas de Descartes e Espinosa para além da obra analisada. Aqui, o leitor pouco familiarizado com o pensamento cartesiano, ainda que não tenha dificuldades de leitura, terá um entendimento mediano.

No capítulo três, em que analisa o **Tratado teológico-político**, Scala surpreende por sua capacidade de síntese (trata-se do capítulo mais breve de todos), pois o **Tratado** exige, ainda quando meramente exposto, reflexões de caráter mais profundo. Evidentemente não deixam de ser enriquecedoras e interessantes as abordagens sobre a liberdade e as crenças:

No momento [da redação do **Tratado**] ele precisa “compor um tratado sobre as escrituras” para lutar contra aqueles que impedem os homens de aplicar sua mente à Filosofia, contra aqueles que dirigem o homem contra ele mesmo, contra aqueles que [...] arruinam a liberdade de filosofar. (p. 73)

Finalmente, o capítulo quarto é uma bela apresentação da **Ética [demonstrada à maneira dos geômetras]**. Analisa a idéia de corpo, de como a **Ética** consegue abordar questões metafísicas com clareza (a ordem geométrica), o célebre *Deus sive Natura*, o monismo substancial, as afecções, as causas... Impecável.

Conclui o autor, e merece que se lhe cite, que “É preciso [...] evitar [aqueles] cujas idéias limitam as nossas e Espinosa não é daqueles que se convém evitar” (p. 128). Ao término de cada capítulo, o autor deixa a conclusão em aberto, antes, levanta problemas que sugerem a leitura do capítulo seguinte, de modo que a conclusão final, apesar de breve(íssima, diria) é razoável e relevante. A obra traz, ainda, uma boa bibliografia para estudos ulteriores sobre Espinosa.

Convém destacar que se trata de uma obra introdutória, sem grandes pretensões. Muitos

esclarecimentos sobre os motivos e problemas de Espinosa são trazidos à tona e eventualmente esclarecidos pelas referências que Scala faz à correspondência do filósofo. Didático e simples, a obra é um bom guia aos estudantes e àqueles que desejam um primeiro contato com o pensamento de Espinosa.

**Fabiano Stein Coval**

Faculdade de Filosofia – PUC-Campinas

DUSO, Giuseppe. (Org.). **O poder: História da filosofia política moderna**. Petrópolis: Vozes, 2005. 511 p.

O organizador G. Duso, professor de História da Filosofia Política na Universidade de Pádua (Itália), convidou várias autoridades em campos e autores específicos para elaborar um trabalho coletivo de pesquisa articulado, e não uma mera coletânea de textos, sobre o conceito de poder do Renascimento (com Maquiavel) aos nossos dias (com Foucault, Rawls, Sandel, Nozick, entre outros). O resultado é uma obra magnífica em todos os seu sentidos. O livro divide-se em sete partes, cada uma contendo de três a cinco capítulos e o organizador foi feliz ao efetivamente conseguir uma unidade raramente vista em obras organizadas e deste porte.

A primeira parte (“Ordem, governo, *imperium*”) estuda as questões políticas que se colocam de Maquiavel a Pufendorf. A segunda (“Do poder natural ao poder civil”), analisa os grandes pensadores contratualistas da modernidade. Em “Constituições e limitações do poder” (parte III), encontramos uma exposição, em particular dos pensadores franceses, no que se refere à já mencionada questão dos limites do poder. A parte quatro (“Pensar o poder: a filosofia clássica alemã”) oferece interpretações do pensamento político de Kant, Fichte e Hegel. Tocqueville e Marx são os filósofos estudados na parte cinco (“O poder entre sociedade e Estado”). A sexta parte (“Realização e crise da soberania”) traz uma leitura de Weber, Carl Schmitt, Eric Voegelin, Leo Strauss e H. Arendt. Finalmente, na parte VII (“O poder além da soberania?”) podemos

refletir sobre as propostas políticas de N. Luhmann, de M. Foucault, do neoliberalismo, neocontratualismo e do comunitarismo.

O livro principia, como não poderia deixar de ser, com um estudo sobre Maquiavel, sob responsabilidade de Maurizio Ricciardi. O pensamento de Maquiavel é sem dúvida alguma um marco na história das idéias políticas e não é exagero crer que existe uma política antes e outra depois de Maquiavel. Conceito central na obra do pensador florentino, o poder é analisado por Ricciardi sob diferentes perspectivas, a saber: em sua relação com a fortuna e a *virtù*, como se manifesta no principado civil e nas repúblicas, entre outras. O mesmo autor debruça-se sobre a atualmente tão falada “razão de Estado” no segundo capítulo e sobre o pensamento político de Jean Bodin no terceiro. O próprio organizador encarrega-se de estudar a política de Althusius, concentrando-se sobre os temas da constituição do reino e sua administração, a soberania do povo e seu direito de resistência frente à tirania. A primeira parte termina com um ensaio (capítulo cinco) de Merio Scattola sobre as políticas aristotélicas do século XVII e a contribuição de Pufendorf para o desenvolvimento do conceito de direito natural na modernidade.

Os corpos, o estado de natureza e a constituição do poder em Hobbes são o objeto de análise de Mario Piccinini no capítulo seis (o primeiro da parte II). Stefano Visentin pensa a

problemática do poder em Espinosa valendo-se das idéias de potência divina e humana, direito natural e ligação social. O capítulo oito, de responsabilidade de Maurizio Merlo, faz interessantes incursões no pensamento político de Locke, discutindo a propriedade, o trabalho, a moeda e o pacto social. Rousseau e a questão da soberania levam Lucien Jaume a abordar os temas e as contradições presentes na filosofia política do contratualista francês.

Na terceira parte, os capítulos dez e 11, escritos pelo organizador da obra e Mauro Barberis, respectivamente, discutem os limites do poder a partir da Revolução Francesa (enquanto evento histórico e contexto que estimulou novas teorias políticas) e do conceito de direito natural.

Toda a parte IV é dedicada ao pensamento alemão. No capítulo 12, Gaetano Rametta demonstra o impacto que as idéias de razão e vontade têm sobre o direito e, por conseqüência, sobre o Estado e o poder, segundo o pensamento kantiano. O capítulo 13, do mesmo G. Rametta, estuda de que forma, em Fichte, direito e moral são separados e separáveis, além de explicar a formação do poder em concordância com o direito. Por fim (capítulo 14 da parte IV), Massimiliano Tomba realiza uma boa síntese do pensamento político de Hegel, contrapondo a célebre divisão eticidade-moralidade e fundamentando o poder sobre a liberdade e a história.

Sandro Chignola abre a parte V (capítulo 15) com um tema freqüentemente pouco tratado: o conceito de poder no pensamento contra-revolucionário; daí termos acesso (infelizmente sumário), neste capítulo, ao pensamento de autores como Louis-Gabriel de Bonald, Juan Donoso Cortés, Karl Ludwig von Haller e Joseph de Maistre. É ainda Chignola quem retoma o tema da revolução para analisar o poder segundo Tocqueville (capítulo 16). O supramencionado estudioso do pensamento alemão na modernidade G. Rametta se une a Maurizio Merlo para produzir um estudo de Karl Marx, a quem dedica o capítulo 17. Partindo da filosofia política do jovem Marx, chegamos ao significado da crítica da economia política para podermos relacionar poder e revolução na obra de Marx.

A parte VI apresenta o pensamento de Max Weber (capítulo 18), segundo a ótica de Luca Manfrin, que se vale das concepções de

política e poder para além da soberania em Weber. Antonino Scalone examina a obra de Carl Schmitt e assinala de que forma a crise do Estado liberal, no início do século XX, aumenta a exigência de uma reflexão sobre o poder. Finalmente, no capítulo 20, o organizador da obra, juntamente com M. Piccinini, Chignola e Rametta, percorre a produção intelectual de grandes nomes da filosofia política no século XX: Eric Voegelin, Leo Strauss e Hannah Arendt; destaca a chamada “volta aos gregos” e o problema da práxis do pensamento.

A última parte é dedicada às perspectivas políticas contemporâneas. Bruna Giacomini aborda o pensamento de Luhmann e sua teoria dos sistemas no capítulo 21; Massimiliano Guareschi descreve a analítica do poder em M. Foucault e, finalmente, no capítulo 23, Pierpaolo Marrone nos conduz pelas tentativas atuais do neoliberalismo, neocontratualismo e comunitarismo de fundar uma nova política, um novo poder.

A obra de G. Duso merece especial atenção. Superando a fragmentação dos léxicos políticos e exageros historicistas, Duso oferece uma obra clara, com um propósito bem definido e uma unidade que impressiona. A riqueza de fontes bibliográficas mencionadas ao término de cada capítulo é utilíssima como referência para pesquisadores. Evidentemente, tendo-se em vista a extensão do percurso tratado pela obra, freqüentemente a profundidade histórica que os problemas abordados merecem deixa a desejar, pois os capítulos são muito – às vezes excessivamente – breves. De qualquer forma, o livro é um instrumento valioso a quem se proponha a estudar a filosofia política moderna e contemporânea. O fato de escolher um conceito como fio condutor faz do livro um modelo de coesão. Nisto exatamente reside a originalidade da obra: concentrar-se sobre o tema do poder e apresentá-lo em sua complexidade e variabilidade histórica. G. Duso faz excelentes introduções a cada uma das sete partes do livro, o que favorece a unidade da obra, além de participar da redação de alguns capítulos. Especialistas talvez decepcionem-se um pouco mas a leitura é obrigatória.

**Fabiano Stein Coval**

Faculdade de Filosofia – PUC-Campinas